



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária do Tribunal Regional Eleitoral, no Ano de 1997.

1 Às dezessete horas do dia vinte e sete de maio do ano de mil novecentos
 2 e noventa e sete (27.05.97), nesta cidade do Recife, Capital do Estado de
 3 Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Senhores: Presidente, Des.
 4 Luiz Belém de Alencar; Vice-Presidente, Des. Francisco de Sá Sampaio;
 5 Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr. José de Castro
 6 Meira; Juízes de Direito, Dr. Roberto Ferreira Lins e Dr. Ivonaldo
 7 Pereira de Miranda; Jurista, Dr. Carlos Alberto de Britto Lyra; e o
 8 Procurador Regional Eleitoral, Dr. Joaquim José de Barros Dias,
 9 comigo, Inês Martins, Diretora Geral da Secretaria, foi aberta a Sessão.
 10 Lida e aprovada a ata da Sessão anterior, o Des. Presidente relatou os
 11 seguintes processos da Classe I, Feito Administrativo: PROCESSO N°
 12 8529/97, Recife, em que Eva Maria da Costa Pinto Coelho, Analista
 13 Judiciário do Quadro da Secretaria deste Tribunal, solicita que lhe seja
 14 concedida aposentadoria voluntária por tempo de serviço, nos termos da
 15 legislação vigente. DECISÃO: “Unanimemente, deferida a
 16 aposentadoria da requerente, de acordo com a informação da Secretaria
 17 de Recursos Humanos e do parecer da Procuradoria.”; PROCESSO N°
 18 8549/97, Recife, em que Maria Josete dos Santos, Analista Judiciário do
 19 Quadro da Secretaria deste Regional, solicita que lhe seja concedida
 20 aposentadoria voluntária por tempo de serviço, nos termos da legislação
 21 vigente. DECISÃO: “Unanimemente, deferida a aposentadoria da
 22 requerente, de acordo com a informação da Secretaria de Recursos
 23 Humanos e do parecer da Procuradoria.”; PROCESSO N° 8510/97,
 24 Recife, em que Paulo Gomes de Araújo, Técnico Judiciário do Quadro
 25 da Secretaria deste Tribunal, solicita que lhe seja concedida
 26 aposentadoria voluntária por tempo de serviço, nos termos da legislação
 27 em vigor. DECISÃO: “Unanimemente, deferida a aposentadoria do
 28 requerente, de acordo com a informação da Secretaria de Recursos
 29 Humanos e do parecer da Procuradoria.”; PROCESSO N° 8542/97,
 30 Recife, em que Leonor Pinho Jordão requer a revisão do fundamento
 31 legal da sua aposentadoria, a fim de que seja considerada como base de
 32 cálculos dos seus proventos, a remuneração devida aos ocupantes das
 33 Funções Comissionadas de nível FC-10, com fundamento no art. 193 da
 34 Lei nº 8112/90. DECISÃO: “Unanimemente, deferido o pedido de
 35 revisão da aposentadoria da requerente, de acordo com o parecer da
 36 Procuradoria”. Em seguida, o Des. Presidente fez a leitura da pauta e

37 passou a palavra ao JUIZ FRANCISCO SAMPAIO, que relatou o
38 seguinte feito da Classe XVII, Diversos (Ação Recisória): PROCESSO
39 Nº 1179/97, da 117ª Zona, Olinda, o PPB de Olinda requer declaração
40 de nulidade da sentença que deferiu o registro da candidatura do
41 requerido, Bernardo Moura Rodrigues e, em consequência, a cassação do
42 respectivo diploma de vereador de Olinda. DECISÃO: "Preliminar e
43 unanimemente, não se conheceu do pedido face a incompetência do
44 Tribunal, remetendo-se os autos ao Egrégio TSE". Posteriormente, o
45 Des. Presidente concedeu a palavra ao JUIZ ROBERTO LINS, que
46 apresentou a seguinte proposição: "Sr. Presidente, a pouco V. Exa.
47 relatou e esta Corte por unanimidade, acompanhando o voto de V. Exa.,
48 deferiu os pedidos de aposentadoria de Eva Maria da Costa Pinto
49 Coelho, Maria Josete dos Santos e Paulo Gomes de Araújo. São os
50 chamados funcionários da velha guarda, nesta Casa, que nessa sucessão
51 de gerações, uma rotina de nossa vida, entregam agora, aos mais jovens,
52 a tarefa de continuar pelo seu quadro funcional, soerguendo cada vez
53 mais o nome do nosso Tribunal. A integridade, a dedicação, com que
54 esses funcionários se portaram durante vários anos, da mesma forma
55 que, há pouco, tivemos a aposentadoria da Dra. Leonor Pinho Jordão, é
56 que me leva, Sr. Presidente, o que não é normal da minha parte, a esse
57 pronunciamento e a sugerir aos ilustres pares, pelos relevantes serviços
58 prestados a este Tribunal Regional Eleitoral, pelos funcionários cujas
59 aposentadorias hoje foram deferidas, que se inclua, na ata, um voto de
60 louvor. É a minha proposição, Sr. Presidente". A proposta foi aprovada
61 por unanimidade, com o Ministério Público, através do Dr. Joaquim
62 Dias, se associando à mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada
63 a Sessão, do que, para constar, eu emiti, Diretora Geral
64 da Secretaria, mandei lavrar a presente, que lida e achada conforme, vai
65 devidamente assinada.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are two smaller signatures, one of which appears to be 'Minaudg'. To the right, there are more initials and a signature, including one that looks like 'R. H.' and another that is partially obscured by a diagonal line. At the very bottom, there is a large, bold signature that spans across the width of the page.